CARTAS

Duraznos

✉ Me dirijo a Uds. con el objetivo de comunicarles que nos hemos subscripto a la revista *Agroanalysis*. Por otra parte, queriamos evaluar la posibilidad de contar com vuestra cooperación para obtener información reciente sobre producción y consumo de duraznos em Brasil.

Esta información es requerida por un grupo de inversores que quierem expandir la producción agrícola de duraznos em la Argentina y necesitan contar con un dimensionamiento del mercado regional actual y potencial.

Beatriz Nofal
Eco-Axis S.A. — Economia y Negocios
Buenos Aires, Argentina

Seminário

✉ Entre os dias 20 e 23 de agosto vai ser realizado o II Seminário Nacional de Ensino Agrário (Senag). Promovido pelo Diretório Acadêmico Raimundo Ferreira e pela coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRJ, o evento vai abordar os desafios do ensino técnico frente ao terceiro milênio. Reservas e informações podem ser feitas pelo fax (021) 682-1841.

Claudiomir Silva
Comissão Organizadora
Rio de Janeiro — RJ

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

E-mail: assine@fgv.br
LIGUE GRÁTIS: 0800-21-7777

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho e Iabag), Eliana C. B. Leite (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyrilar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amin, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool)

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Capa:
Osvaldo Moreira da Silva

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ilana Sender, Victor Cezar Santos Teixeira.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Eliane dos Santos Botelho, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021)536-9269 — Fax: (021)536-9207 — e-mail: caique@fgv.br

Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tel.: (021) 240-8521 — Tel. e fax.: (021) 220-3823; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV
Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

VISITE NOSSA HOME PAGE
http://www.fgv.br

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Diretor-geral interino: Jorge Oscar de Mello Flôres

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

2 Entrevista com:
- 2 Antônio Chavaglia
- 3 Carlos Melles
- 4 Dejanir Dalpasquale
- 5 Nei Cezar Mânica

6 Cartas

8 Terceiro *ranking* das cooperativas:
- 8 Cooperativas — problemas permanecem
  Fernando Roberto de Freitas Almeida
- 8 Análise dos resultados
  Patrícia Cruz Gonçalves
- 9 *Ranking* das cooperativas
  Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Marcos Antônio Caixeta

10 Especial:
O cooperativismo na globalização
Roberto Rodrigues

14 Especial:
Cooperativas agrícolas e globalização
Amílcar Gramacho

16 Agricultura brasileira:
O caso dos grãos e do açúcar
Antônio Salazar Pessôa Brandão e Mauro de Rezende Lopes

23 Especial:
Organização política da agricultura
Luiz Antônio Pinazza

25 Especial:
Uma agricultura mais previsível
Luiz Antônio Pinazza

27 Conjuntura do agribusiness:
- 27 Indústria de alimentos — mercado reacomoda após euforia do Real
  Eliana Conde Barroso Leite
- 28 Arroz — a menor safra da década
  Eliana Conde Barroso Leite
- 30 Banana — problemas na oferta
  Fernando Roberto de Freitas Almeida
- 31 Feijão — mercado em baixa devido à boa oferta
  Eliana Conde Barroso Leite e Sandra Maria Hetzel
- 32 Renda agrícola — sinais de recuperação
  Maria José Cyhlar Monteiro
- 34 Soja — relatório repercute pouco
  Fernando Roberto de Freitas Almeida
- 35 Café solúvel — há razão para o subsídio
  Regis Alimandro e Rogério Ferreira de Souza
- 36 Indicador do preço do milho — maior liquidez do contrato de milho
  Edgar Costa Filho, Irene Raguenet Troccoli e Rogério Ferreira de Souza

37 IBGE — Síntese estatística

38 Índice FGV/Abag

40 Oferta e demanda

42 Estatísticas agropecuárias

47 Legislação agrícola

52 Panorama agropecuário

56 Panorama internacional

59 Janela aberta

CARTA VERDE

As dívidas da cafeicultura

Esta edição de *Agroanalysis* já estava pronta quando, em 30 de julho, o Conselho Monetário Nacional aprovou o voto nº 117/97, o qual prorroga as dívidas da cafeicultura. Na próxima edição, divulgaremos a íntegra do voto.

Conforme consta do próprio texto do voto do conselho, a prorrogação da dívida da cafeicultura foi inspirada em recente estudo, contratado à Fundação Getulio Vargas pelo Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC) e elaborado por uma equipe integrada por técnicos do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia. Outras medidas propostas no estudo, as quais objetivam, através de um novo sistema de financiamento anual à cafeicultura, estimular ganhos de produtividade e qualidade no campo e alcançar um padrão superior na comercialização, ficaram para análise posterior.

O voto do CMN, portanto, restringe-se à prorrogação da dívida, um assunto delicado que se arrastava desde fins dos anos 80 e, em boa medida, impedia que a cafeicultura brasileira alcançasse resultados mais expressivos, necessários ao atendimento da demanda interna em expansão e à manutenção da parcela brasileira no mercado internacional. Os termos da proposta da FGV para a prorrogação das dívidas da cafeicultura podem ser considerados bastante duros. Conforme a proposta das lideranças, seriam alongadas por 15 anos todas as dívidas da cafeicultura, inclusive aquelas contraídas com os bancos privados ou de cooperativas de produtores com fornecedores. O voto do conselho alonga tão-somente as dívidas de cafeicultores com o Funcafé por, no máximo, sete anos.

Mesmo em comparação com os termos da securitização das dívidas da agricultura, as normas para prorrogação da dívida da cafeicultura foram bem mais duras. Na securitização, por exemplo, o prazo foi de sete a 10 anos, com três de carência. No caso do café, o prazo máximo ficou em sete anos e a carência limitada a 18 meses. Quanto ao custo financeiro da operação, na securitização pactuou-se a variação dos preços mínimos mais 3% ao ano, e no café TJLP mais 3%. A dívida prorrogada da agricultura pode ser paga em produto; já as do café, unicamente em reais.

Neste ponto cabe um parêntese. A proposta original da FGV previa a suspensão da parcela anual na ocorrência de geadas ou quando os preços caíssem abaixo de R$100/saca. Posteriormente, a FGV apresentou um adendo ao estudo analisando a conveniência da conversão das dívidas em café. Essas medidas de segurança — que não foram acolhidas pelo voto do CMN — objetivavam antecipar o maior espectro possível de procedimentos em reação a eventuais problemas que, de outra forma, poderiam justificar a reabertura das discussões.

Inegavelmente, os termos da prorrogação das dívidas da cafeicultura são duros. Como as lideranças devem reagir? Pleitear termos mais favoráveis?

Esta é a alternativa sempre presente nas negociações. É preciso ter claro, porém, que os termos da prorrogação conferem cacife inestimável à lavoura — o elo mais fraco da cadeia do café — para exigir que tratamento igual seja dado aos demais segmentos da cadeia. As decisões devem obedecer a critérios técnicos. Dívida deve ser paga; prazos mais longos correspondem a juros maiores. Recursos para programas só com projetos específicos e metas preestabelecidas. Não há mais *almoço grátis*. Ademais, no interesse do próprio setor, cumpre preservar o equilíbrio financeiro do Funcafé.

Estes são princípios que, se seguidos, poderão conferir ao CDPC papel histórico na condução da política comercial do café. Caso contrário, o CDPC não cumprirá seu objetivo e, por certo, o presidente da República, a quem se deve a criação do conselho, perguntar-se-á da conveniência de preservá-lo.